

«Antes o ‘diabo’ conhecido do que um ‘anjo’ desconhecido»: as limitações do voto económico na reeleição do partido FRELIMO**

A literatura dedicada ao voto económico tem demonstrado que os eleitores responsabilizam o governo pelo estado da economia e que punem, igualmente, os partidos no poder que apresentem um fraco desempenho económico e que não cumpram as promessas eleitorais. Porém, tais estudos não fornecem uma explicação convincente para a repetida reeleição do partido da FRELIMO em Moçambique, o qual, não obstante os elevados níveis de pobreza, desemprego e descontentamento económico, venceu três eleições consecutivas. No presente artigo defendo que a reeleição da FRELIMO deverá ser explicada à luz de factores adicionais: o tipo de transição política, o contexto local, a inexistência de uma compreensão clara da diferença entre avaliações pessoais e económicas; o controlo de recursos, as estratégias de implementação de políticas e o tipo de partido político.

Palavras-chave: voto económico; eleições; promessas de campanha eleitoral; partido governante.

The literature on economic voting shows that voters hold governments responsible for the state of the economy and punish ruling parties who fail on the economy and do not live up to their electoral promises. These studies do not, however, provide a convincing explanation for the recurring election of FRELIMO in Mozambique, which won three successive elections despite high levels of poverty, unemployment and economic discontent. In this article I argue we should explain the re-election of FRELIMO in the light of additional factors: the type of political transition, the local context, the lack of a clear understanding of the difference between personal and economic assessments; control over resources, strategies for policy implementation and types of political party.

Keywords: economic voting; elections; electoral campaign promises; governing party.

INTRODUÇÃO

O modelo-padrão do voto económico postula que os votantes tomam decisões eleitorais com base nas suas percepções do desempenho económico. Os eleitores punem os partidos governantes que se revelam incapazes de

* Universidade Eduardo Mondlane.

** Gostaria de agradecer aos meus colegas da Universidade Eduardo Mondlane e do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) pelos seus comentários e apreciações críticas, em

produzir resultados económicos aceitáveis e recompensam aqueles que satisfazem as suas expectativas. O sucesso ou fracasso de um partido governante está directamente relacionado com a mudança (real ou percebida) das condições económicas antes das eleições. Os partidos no poder são recompensados com um maior número de votos quando existe uma melhoria (real ou expectável) das condições económicas e são punidos com um menor número de votos quando há uma deterioração (real ou expectável) das mesmas (Hibbs, 1982; Erikson, 1989; Sanders, 2001; White *et al.*, 1997). De um modo geral, estamos perante avaliações de carácter mais colectivo do que individual, avaliações essas que são normalmente (ainda que não exclusivamente) retrospectivas e não prospectivas (Lewis-Beck, 1988; Mackuen *et al.*, 1992 e 1996; Sanders, 2001).

Na avaliação da influência das condições económicas sobre o comportamento político verifica-se uma distinção crucial entre a percepção económica e a realidade económica. Um número considerável de provas sugere que os eleitores acreditam que uma das responsabilidades centrais do governo é apresentar um desempenho económico de nível elevado. Uma vez que o desempenho económico é avaliado por meio de critérios colectivos (sócio-trópicos) e não individuais (egocêntricos), as percepções populares sobre a economia são moldadas sobretudo pelos meios de comunicação social e mediante uma avaliação das condições económicas nacionais, e não tanto das circunstâncias económicas individuais. Sendo de natureza sobretudo colectiva, estas percepções estão directamente relacionadas com os governos, bem como, até certo ponto, com as instituições políticas (McAllister, 1999).

Contudo, de acordo com a perspectiva do voto económico, a reeleição sucessiva da FRELIMO e do seu candidato à presidência não constitui um resultado expectável. Em primeiro lugar, a literatura sobre o voto económico tem demonstrado que os eleitores consideram o governo responsável pelo estado da economia. Porém, a FRELIMO e os seus presidentes têm sido repetidamente reeleitos, não obstante os elevados níveis de pobreza, desemprego, criminalidade e corrupção que se verificam no país. Apesar do seu crescimento económico, que tem sido apresentado como um dos mais rápidos no continente africano, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. A pobreza é mais elevada nas zonas rurais (71%), onde vive 80% da população do país, do que nas zonas urbanas (62%). Dados oficiais recentes evidenciam uma redução da pobreza de 71% para 55% (ou seja, 16%) nas zonas rurais e de 62% para 52% (ou seja, 10%) nas zonas urbanas (INE, 2004a; Fox *et al.*, 2005; Tvedten *et al.*, 2006).

particular ao Prof. Doutor Luís de Brito, ao Dr. Salvador Forquilha, a Sandra Manuel, a Domingos de Rosário e a Carlos Shenga. As conclusões do presente artigo são da exclusiva responsabilidade do autor.

Uma análise mais pormenorizada dos níveis regional e provincial mostra-nos que a incidência da pobreza é mais elevada nas províncias de Inhambane e Maputo e mais reduzida na província de Sofala e na cidade de Maputo. De acordo com um estudo da UNDP (2005), a província de Sofala tem registado a mais dramática redução do nível de pobreza. Cabo Delgado, a província mais setentrional de Moçambique, e Maputo, no extremo sul do país, são as únicas províncias onde se assistiu a um aumento da pobreza (v. também Fox *et al.*, 2005, e Tvedten *et al.*, 2006).

Em segundo lugar, a perspectiva do voto económico enfatiza que os eleitores punem os partidos governantes que faltam às suas promessas eleitorais e alteram as suas políticas. Durante as campanhas eleitorais, a FRELIMO defendeu um programa do qual se destacavam a criação de novos postos de trabalho, o combate à pobreza, a melhoria dos sistemas de educação e de saúde e o combate à criminalidade e à corrupção. O candidato da FRELIMO à presidência (o qual, na altura, era também o presidente do país) sublinhou o compromisso do seu partido com a redução da pobreza e do desemprego, prometendo promover «um rápido crescimento económico sustentável» que visava, em particular, os sectores da economia altamente dependentes de mão-de-obra, de modo a gerar novos postos de trabalho. Todavia, muitas das promessas da campanha eleitoral da FRELIMO ficaram por cumprir. Este facto levanta uma questão premente: de que modo a FRELIMO, que faltou às promessas feitas durante as campanhas eleitorais (mostrando-se incapaz de reduzir os elevados níveis de desemprego e de combater a pobreza, a criminalidade e a corrupção), conseguiu obter vitórias eleitorais em três eleições consecutivas?

No caso de Moçambique, a literatura sobre o voto económico não parece, pois, fornecer uma explicação satisfatória para a repetida reeleição do partido da FRELIMO. Em certos casos, o modelo revela-se incapaz de justificar adequadamente os resultados eleitorais, já que só de forma limitada incorpora na sua análise factores que medeiam entre as políticas económicas e as escolhas partidárias dos eleitores. O principal propósito deste estudo é sugerir e explorar outras hipóteses que possam ter mediado o impacto da economia sobre a escolha eleitoral dos votantes moçambicanos. Defendo que, no caso deste país, dez factores adicionais fornecem uma explicação mais cabal para a repetida reeleição do partido governante.

Começarei por analisar o quadro teórico do voto económico. Apresentarei seguidamente uma perspectiva de conjunto sobre os resultados eleitorais da FRELIMO e as circunstâncias económicas que se verificavam à época dessas vitórias eleitorais. Por último, procurarei relacionar essas mudanças com o comportamento eleitoral e os factores que explicam a repetida reeleição da FRELIMO e do seu presidente em Moçambique.

A ABORDAGEM DO VOTO ECONÓMICO

Como fizeram notar Lewis-Beck *et al.* (2000, p. 183): «Os bons tempos mantêm os partidos no poder, os maus tempos expulsam-nos [...] os votantes económicos [...] responsabilizam o governo pela *performance* económica, recompensando-o ou punindo-o aquando das eleições [...] o cidadão vota a favor do governo quando a economia apresenta bons resultados; em caso contrário, vota contra».

Uma parte da literatura de investigação nos Estados Unidos da América, e não só, adianta provas em defesa de afirmações que, como as supracitadas, enfatizam a importância daquilo que geralmente se denomina «votação económica» (Hibbs, 1982; Erikson, 1989; Sanders, 2001; White *et al.*, 1997).

Baseados no modelo económico, os investigadores da teoria racional propuseram duas abordagens à análise dos resultados eleitorais e das preferências partidárias. Em primeiro lugar, os investigadores podem interpretar as escolhas eleitorais mediante dados de nível macroeconómico (taxa de desemprego, inflação, rendimento, PIB e resultado eleitoral) (Nadeau *et al.*, 2001). Um segundo modo de análise do impacto das condições económicas sobre a escolha eleitoral baseia-se em dados de nível microeconómico recolhidos por meio de sondagens. Os investigadores utilizam dados de sondagem de nível individual com vista a explicarem a escolha partidária individual. De um modo geral, estas perspectivas alternativas do estudo do voto económico em termos da escolha eleitoral individual procuram testar se os indivíduos são eleitores de *pocketbook* ou «sócio-trópicos» e/ou se votam retrospectivamente ou prospectivamente. No momento do voto, um indivíduo pode votar egocentricamente, reflectindo sobre o estado das suas finanças domésticas (Key, 1967; Downs, 1957; Fiorina, 1981), ou votar em termos «sócio-trópicos», mediante a avaliação do bem-estar económico do país no seu conjunto (Kinder *et al.*, 1979 e 1981; Lewis-Beck, 1988; Clarke *et al.*, 1990 e 1994)¹.

De modo a fazerem avaliações económicas, os eleitores podem analisar a situação corrente retrospectiva ou prospectivamente. O voto com base na situação corrente implica que os eleitores tenham em conta aquilo que acontece na vida presente da sua comunidade, mais do que as acções passadas

¹ As teorias de Key, Downs e Fiorina sugerem que a preocupação última de um eleitor é o seu bem-estar. Fiorina (1981) é um pouco menos restritivo na definição do voto retrospectivo em termos puramente pessoais. Este autor realiza medições das estimativas dos eleitores sobre as suas condições individuais e as condições nacionais, concluindo que ambas constituem elementos de previsão estatisticamente significativos do sentido do voto. Kinder *et al.* (1981) defendem que os eleitores são sócio-trópicos, mais do que egocêntricos, ou seja, que se preocupam mais com as condições económicas do país ou de grupos sócio-económicos específicos do que com o seu bem-estar.

ou as propostas políticas a implementar futuramente, antes de decidirem em que partido votar. Um eleitor retrospectivo avalia o candidato tendo em conta aquilo que este realizou em benefício do eleitor ou da sua comunidade, mais do que aquilo que realizará ao longo dos próximos cinco anos ou menos (Key, 1967; Fiorina, 1978; Lewis-Beck, 1988; Norpoth, 1996a e 1996b). Uma teoria de voto muito diferente defende que os eleitores, no momento de tomarem a sua decisão eleitoral, olham para o futuro, mais do que para o passado. Achen (1992) defende que a racionalidade do eleitor implica um voto prospectivo, e não retrospectivo. A inclusão e o êxito das avaliações retrospectivas nos modelos teóricos sobre o voto devem-se à sua correlação com outras fontes de avaliação dos candidatos eleitorais. As avaliações retrospectivas constituem um passo instrumental e intermédio nas avaliações dos candidatos por parte dos eleitores, mas não determinam a decisão definitiva dos mesmos. Achen, à semelhança de Downs (1957), acredita que os eleitores possuem a motivação e a informação necessárias para anteciparem o modo como os diferentes candidatos ou partidos se comportarão no poder² (v. também Mackuen *et al.*, 1992 e 1996). Outros autores defendem ainda que ambas as perspectivas são importantes (por exemplo, Clarke *et al.*, 1994, e Lewis-Beck, 1988).

As análises com base no modelo do voto económico tornam-se ainda mais complicadas quando não existe um governante claro, isto é, quando o poder é partilhado por vários partidos ou há uma divisão no governo. Ao contrário das eleições presidenciais ou legislativas dos sistemas bipartidários, as eleições nas democracias pós-comunistas da Europa de Leste envolvem frequentemente governos de coligação, pelo que não existe apenas um partido governante à época das eleições. Nos EUA, o Congresso, a Reserva Federal e o presidente são, todos eles, actores político-económicos, o que complica o cálculo eleitoral dos votantes (particularmente quando se trata de realizar um juízo retrospectivo da política económica do governo), além de levantar um novo dilema aos investigadores que lidam com modelos económicos (Tyler *et al.*, 1982; Alt *et al.*, 2000; Norpoth, 2002).

² Downs propôs uma teoria do voto prospectivo baseada, ainda que não exclusivamente, na avaliação retrospectiva do partido no poder. Enquanto uma teoria pura do voto prospectivo, como a de Key, assenta em simples motivos de recompensa ou punição dos eleitores, Downs defende que as avaliações retrospectivas dos candidatos e dos partidos se tornam elementos de previsão da futura actuação do governo. De acordo com a terminologia de Downs (1957, p. 49): «Ao comparar o fluxo de benefícios resultante da actividade do governo que ele recebeu sob o actual governo (ajustado segundo as tendências) com os fluxos que receberia se os diversos partidos da oposição tivessem estado no poder, o eleitor encontra [...] a sua preferência entre os partidos concorrentes.» Ao invés de avaliarem candidatos (ou partidos) políticos com base nos seus desempenhos passados, os eleitores avaliam as políticas

RESULTADOS ELEITORAIS DO PARTIDO DA FRELIMO E CIRCUNSTÂNCIAS ECONÓMICAS

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E PARLAMENTARES DE 1994

As eleições presidenciais e parlamentares de 1994 foram caracterizadas por um nível de participação excepcionalmente elevado, na ordem dos 87% dos eleitores recenseados. Joaquim Chissano venceu a eleição presidencial, obtendo 53,66% dos votos válidos, contra os 33,73% alcançados pelo líder da RENAMO, Afonso Dhlakama. Havia muitos outros candidatos, mas todos eles apresentaram fracos resultados. Wehia Ripua, o líder da PADEMO, foi o terceiro candidato mais votado, com uns meros 2,87% dos votos válidos.

No entanto, nas eleições legislativas, a FRELIMO não conseguiu obter uma maioria popular absoluta, recebendo apenas 44,33% dos votos válidos; mas pôde, ainda assim, assegurar uma maioria absoluta no parlamento (conquistando 129 assentos de um total de 250), uma vez que uma das cláusulas da Constituição limita a representação parlamentar aos partidos que obtenham 5% ou mais de votos.

A RENAMO tornou-se efectivamente o principal partido da oposição, com os seus candidatos a obterem 37,87% dos votos. Dos partidos menores, apenas a UD reuniu votos suficientes para garantir a representação na legislatura, recebendo 5,15% dos votos³. Se bem que não tão claros e definidos como os resultados das eleições parlamentares de Maio de 1994 no vizinho Malawi, os padrões de voto regionais eram facilmente discerníveis em Moçambique. Agrupando as províncias por região — Norte, Centro e Sul —, o quadro n.º 1 mostra-nos a distribuição dos assentos parlamentares após a contagem final dos votos⁴.

passadas de modo a anteciparem as políticas futuras. Downs atribui grande importância ao voto retrospectivo, embora defenda essencialmente que os eleitores são investidores que tentam maximizar o seu futuro bem-estar.

³ Dezoito partidos políticos e doze candidatos presidenciais concorreram às eleições de 1994. Os partidos políticos eram AP, UNAMO, PT, FUMO-PCD, FRELIMO, SOL, PIMO, RENAMO, PRD, PACODE, PADEMO, PPPM, PCN e UD. Os candidatos presidenciais eram Joaquim A. Chissano, Afonso M. M. Dhlakama, Carlos A. dos Reis, Carlos J. M. Jeque, Casimiro M. Nhamitambo, Domingos A. M. Arouca, Jacob N. S. Sibindy, Mário F. C. Machele, Máximo D. J. Dias, Padimbe M. K. Andrea, Vasco C. M. Alfazema e Wehia M. Ribua.

⁴ Ironicamente, se o sistema eleitoral em 1994 tivesse sido de FPTP, e não de RP, a RENAMO teria obtido uma maioria absoluta no parlamento. Estimou-se que, com o mesmo número de votos e de círculos eleitorais provinciais, a RENAMO, como partido mais votado em Tete, Manica, Sofala, Zambézia e Nampula, teria conquistado 152 assentos, e não os meros 112 que de facto obteve. A FRELIMO teria conquistado apenas 98 assentos, em vez de 129. E a UD, que obteve 9 assentos, não teria alcançado representação parlamentar.

O voto económico na reeleição do partido FRELIMO

Assentos parlamentares por partido e província — resultados das eleições parlamentares de 1994 em Moçambique

[QUADRO N.º 1]

	FRELIMO	RENAMO	UD
Províncias do Norte			
Cabo Delgado	15	6	1
Nampula	20	32	2
Niassa	7	4	0
<i>Subtotal</i>	42	42	3
Províncias do Centro			
Manica	4	9	0
Sofala	3	18	0
Tete	5	9	1
Zambézia	18	29	2
<i>Subtotal</i>	30	65	3
Províncias do Sul			
Gaza	15	0	1
Inhambane	13	3	2
Cidade de Maputo	17	1	0
Província de Maputo	12	1	0
<i>Subtotal</i>	57	5	3
Total global	129	112	9

Como se pode ver no quadro n.º 1, a FRELIMO foi o partido mais votado nos quatro círculos eleitorais do Sul, bem como nas duas províncias do extremo norte (Cabo Delgado e Niassa), ao passo que a RENAMO venceu em todas as províncias do Centro-Norte e do Centro⁵.

⁵ O cientista político moçambicano Brito (1996) realizou uma análise pormenorizada dos resultados ao nível provincial e distrital. Concluiu que os dois principais partidos tinham «santuários» nas regiões onde obtiveram mais de 75% dos votos em 1994. O santuário da FRELIMO coincidia com as regiões do Sul, das quais eram oriundos muitos dos antigos líderes do partido, e com as regiões do extremo norte, onde fora travada durante mais tempo a guerra pela independência e onde a FRELIMO tinha estabelecido «zonas libertadas». Os santuários da RENAMO coincidiam com as regiões centrais, onde as suas actividades militares tiveram início e das quais eram oriundos muitos dos seus quadros. Brito sugere também que uma sensação de marginalização por parte da FRELIMO que afectava tais regiões se traduzira num apoio eleitoral à RENAMO, bem como numa identificação com os líderes deste partido. Porém, uma grande parte das províncias do Centro-Norte e do Norte constituíam «santuários» para ambos os partidos, pelo que os resultados eleitorais eram aí mais equilibrados. Estas regiões incluíam algumas das zonas mais densamente povoadas do país, nas quais Brito não pôde identificar qualquer correspondência óbvia entre o comportamento eleitoral e a filiação étnica.

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E PARLAMENTARES DE 1999

As segundas eleições legislativas multipartidárias de Moçambique tiveram lugar em 1999. A FRELIMO recebeu 48,5% dos votos válidos, a RENAMO-EU 38,8% e os restantes partidos 12,7%. O líder da FRELIMO, Joaquim Chissano, foi reeleito presidente com 52,29% dos votos; Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, obteve 47,7%. A participação eleitoral foi de cerca de 70% — bem inferior à de 1994 — com 8,4% de votos em branco e 3,2% de votos nulos⁶. Aparentemente, os resultados destas eleições evidenciam um padrão ainda mais bipartidário do que o verificado em 1994; nem a UD nem qualquer outro pequeno partido ou grupo conseguiram alcançar o limiar dos 5% que lhes permitiria obter representação parlamentar.

**Assentos parlamentares por partido e província —
resultados das eleições parlamentares
de 1999 em Moçambique**

[QUADRO N.º 2]

	FRELIMO	RENAMO- -EU
Províncias do Norte		
Cabo Delgado	16	6
Nampula	24	26
Niassa	6	7
<i>Subtotal</i>	46	39
Províncias do Centro		
Manica	5	10
Sofala	3	18
Tete	8	10
Zambézia	15	34
<i>Subtotal</i>	31	72
Províncias do Sul		
Gaza	16	0
Inhambane	13	4
Cidade de Maputo	14	2
Província de Maputo	12	1
<i>Subtotal</i>	55	7
Total global	132	118

Mantendo a sua influência nas suas zonas de «santuário» identificadas por Brito (1996) a partir dos resultados eleitorais de 1994, os dois principais

⁶ Nove partidos políticos e uma coligação de três partidos concorreram às eleições parlamentares de 1999. Eram eles PIMO, PALMO, FRELIMO, PT, PADELIMO, PANAO, SOL, PASOMO e PPLM (partidos políticos) e UMO, UD e RENAMO-EU (coligações). Os candidatos presidenciais eram Joaquim A. Chissano e Afonso M. M. Dhlakama.

partidos efectuaram também incursões pelas regiões dos seus rivais. Como já foi notado, houve seis províncias onde o partido que ficou em segundo lugar nas eleições de 1994 obteve mais assentos parlamentares em 1999. Só na Zambézia se verificou um aumento significativo da distância entre os dois partidos. Porém, tendo em conta as percentagens de votação e de deputados eleitos, a populosa Zambézia só ficava atrás de Sofala, enquanto «santuário» da RENAMO. Adicionalmente, quatro líderes de outros partidos, que não da RENAMO, uniram-se sob a sigla RENAMO-EU e o seu sucesso eleitoral na Zambézia pode também reflectir esse facto. Enquanto a RENAMO mantinha o seu domínio na zona central do país (Manica, Sofala e Zambézia) e a FRELIMO continuava firmemente implantada no Sul e no extremo norte (Cabo Delgado), três províncias do Centro e do Norte surgiam agora bastante equilibradas em termos de preferência partidária, com a RENAMO a usufruir de uma muito ligeira vantagem. Essas três províncias eram Niassa, Tete e a grande e populosa Nampula. De facto, as duas províncias mais importantes em termos eleitorais evidenciaram tendências contrárias nas eleições de 1999 relativamente às eleições de 1994: a RENAMO conquistou mais apoios na Zambézia, mas perdeu terreno a favor da FRELIMO em Nampula (v. quadro n.º 3).

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E PARLAMENTARES DE 2004

Havia a convicção geral de que as terceiras eleições presidenciais e parlamentares multipartidárias de 2004 seriam altamente competitivas e que a RENAMO-EU constituiria um sério desafio à FRELIMO, o partido governante. Na realidade, porém, a RENAMO-EU e os outros partidos menores não obtiveram um bom resultado, com a RENAMO-EU a registar a maior queda⁷. A FRELIMO voltou a vencer as eleições parlamentares, conquistando

⁷ Quinze partidos políticos e cinco partidos de coligação concorreram às eleições parlamentares de 2004. Eram estes FRELIMO, PDD, PT, PIMO, PALMO, SOL, PEC-PT, PASOMO, PARENA, PAREDE, PPD, PADELIMO e PAZS (partidos políticos) e RENAMO-EU, UD, MBC e USAMO (partidos de coligação). O CNE rejeitou as candidaturas de dois partidos políticos (PAMOMO e PPLM), duas coligações (GO e BIS) e do único grupo de cidadãos (Movimento Democrático para a Mudança Social). O PAMOMO distinguia-se apenas pelo facto de o seu líder, Albano Maiope, ter sido em tempos magistrado. O PPLM — outrora denominado Partido Progressivo Liberal das Comunidades Religiosas Moçambicanas, se bem que nenhuma das ditas comunidades o apoiasse — é liderado pela figura excêntrica de Neves Serrano; o seu maior feito foi ter aceite, em 1994, os 50 000 dólares de um fundo fiduciário gerido pelos EUA de apoio aos partidos políticos, revelando-se depois incapaz de apresentar um único candidato às eleições desse ano. As coligações GO e BIS foram rejeitadas por não estarem inscritas no Ministério da Justiça, ao passo que a razão apresentada para a rejeição do Movimento Democrático para a Mudança Social foi que, de acordo com a lei, os grupos de cidadãos não podem concorrer a eleições gerais.

62% dos votos (160 assentos parlamentares), contra os 30% de votos (90 assentos) da RENAMO-EU. O candidato da FRELIMO, Armando Guebuza, foi eleito presidente com 63,74% dos votos, enquanto o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, obteve 31,74% dos votos⁸.

É interessante notar que os resultados das eleições de 2004 não revelam padrões claros de voto a nível regional, como os que se verificaram nas eleições de 1994 e 1999 (v. quadro n.º 3).

**Assentos parlamentares por partido e província —
eleições de 1994, 1999 e 2004**

[QUADRO N.º 3]

	1994			1999		2004	
	FRELIMO	RENAMO	UD	FRELIMO	RENAMO- -EU	FRELIMO	RENAMO- -EU
Províncias do Norte							
Cabo Delgado	15	6	1	16	6	18	4
Nampula	20	32	2	24	26	27	23
Niassa	7	4	0	6	7	9	3
Províncias do Centro							
Manica	4	9	0	5	10	7	7
Sofala	3	18	0	3	18	6	18
Tete	5	9	1	8	10	14	4
Zambézia	18	29	2	15	34	19	29
Províncias do Sul							
Gaza	15	0	1	16	0	17	0
Inhambane	13	3	2	13	4	15	1
Cidade de Maputo	17	1	0	14	2	14	2
Província de Maputo	12	1	0	12	1	12	1

Embora os pequenos partidos tenham contestado os resultados das três eleições democráticas celebradas em Moçambique, o país evidencia um clássico sistema bipartidário centrado na competição entre a FRELIMO e a RENAMO. A principal clivagem política do país é, pois, aquela que separa essas duas forças políticas que se enfrentaram militarmente e que mais tarde passaram a obter os dois melhores resultados em todas as eleições democráticas.

⁸ Em 2004, o Conselho Constitucional aceitou cinco das oito candidaturas presidenciais. As restantes três foram rejeitadas por não apresentarem um mínimo de 10 000 assinaturas de apoio válidas de eleitores recenseados. Os cinco candidatos aprovados foram Armando Guebuza (FRELIMO), Afonso M. M. Dhlakama (RENAMO-EU), Raul Domingos (PDD), Carlos Reis (Coligação para a Mudança e o Bom Governo) e Jacob N. S. Sibindy (PIMO). Os três candidatos rejeitados foram Neves Serrano (PPLM), Joaquim Nhota (PADELIMO) e José Chicura Massinga (PANADE).

Os pequenos partidos que emergiram após 1999 não afectaram as duas principais forças que concorrem pelo poder em Moçambique. Aqueles que conseguiram representação parlamentar nas eleições de 1999 e 2004 entraram pela «porta dos fundos», por assim dizer, isto é, por via de coligações com a RENAMO⁹.

CIRCUNSTÂNCIAS ECONÓMICAS DAS VITÓRIAS ELEITORAIS DA FRELIMO

As vitórias eleitorais da FRELIMO ocorreram num contexto de elevado nível de desemprego, pobreza e descontentamento económico. Não obstante o crescimento da economia, que tem registado uma das taxas mais aceleradas de todo o continente africano, verifica-se uma crescente desigualdade económica e alguns moçambicanos apresentam uma situação económica sensivelmente melhor do que outros. A posição do país no índice de desenvolvimento humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2005 (UNDP) continua a ser muito baixa, ocupando o 170.º lugar dos 175 países indexados. Por que será que o *poster child* do Banco Mundial ocupa uma posição tão baixa nesse índice? Uma análise dos dados do *Household Survey 96/97* mostra que os níveis de pobreza em Moçambique continuam a ser extremamente elevados. Estimava-se que o consumo mensal médio *per capita* fosse de 160,780 meticais, ou de cerca de 170 dólares americanos *per capita* ao ano, de acordo com a taxa de câmbio à época da sondagem. A incidência da pobreza absoluta é de 69,4%, o que indica que mais de dois terços da população moçambicana vivem abaixo do limiar de pobreza (INE, 1998, 1999, 2002, 2003, 2004a e 2004b).

Além da pobreza, os moçambicanos revelam elevados níveis de descontentamento económico, particularmente no que diz respeito às condições económicas domésticas, mais do que em termos da comunidade. A reforma do mercado eliminou as longas filas para a aquisição de alimentos, promovendo aquilo a que Rose *et al.* (2002) chamaram *window-shopping*, uma vez que a subida dos preços restringiu o acesso das pessoas aos produtos. Em resultado dos elevados níveis de pobreza e desemprego, as actuais condições económicas de Moçambique tendem a ser negativamente percebidas de acordo com praticamente todos os tipos de medição. Um estudo realizado pela UNCTAD (2002) utilizou diferentes medições da pobreza, estimando que 40% da população moçambicana vivia abaixo do limiar de pobreza (fi-

⁹ Nas eleições de 1994 e 1999, os pequenos partidos que não ultrapassaram o limiar mínimo obtiveram, em conjunto, 13% dos votos, o que significa que apenas 87% do eleitorado estava representado no parlamento (Carbone 2003a e 2003b).

xado em 1 dólar por dia) e que cerca de 80% dos moçambicanos viviam com um rendimento abaixo dos 2 dólares por dia. Níveis similares de pobreza foram observados noutros países africanos: Moçambique surge no grupo dos cinco países mais pobres, juntamente com o Benin, a Gâmbia, a Libéria e a Tanzânia. Realizaram-se recentemente estudos sistemáticos com base em sondagens representativas que medem o bem-estar entre os moçambicanos. Por exemplo, uma sondagem realizada pelo Instituto Nacional de Estatística em 2001 — com dados sobre a economia, a educação, a saúde, a habitação e o acesso a serviços, bem como sobre as percepções das circunstâncias económicas domésticas e da comunidade — confirmou as condições de pobreza e penúria generalizadas sob as quais vive a maioria da população. De acordo com o QUIBB (INE, 2001), cerca de 38% dos inquiridos consideravam que a sua situação económica era pior do que nos anos anteriores, ao passo que cerca de um terço (32%) acreditava que a situação se mantinha sensivelmente igual e um quarto declarava que esta tinha melhorado. Nas áreas rurais registava-se uma maior percentagem de inquiridos que consideravam que a sua situação tinha piorado — cerca de 40%, contra os 34% das zonas urbanas. Estes resultados não diferem significativamente dos obtidos pela sondagem do CEP (2002) e pela do INE (2004a). De acordo com os resultados do INE, a maioria das famílias de Moçambique considera que as suas condições económicas se deterioraram durante os anos de intervalo entre as duas sondagens e apenas 21% acreditam que as condições melhoraram. Entre o quintil mais pobre, 59% acreditam que a sua situação piorou e apenas 14% afirmam que melhorou, contra os 41% e os 30%, respectivamente, entre o quintil mais rico (INE, 2004a; CEP, 2002; Tvedten *et al.*, 2006).

À semelhança do que se verifica em muitos Estados africanos, Moçambique tem apresentado um desempenho muito insuficiente no que diz respeito a melhorias económicas, nomeadamente em termos de redução do fosso entre ricos e pobres, do combate à inflação, da introdução de medidas anti-pobreza ou da criação de oportunidades de emprego. Em contrapartida, o país tem funcionado bem em termos de melhorias sociais e estruturais, como a construção de melhores estradas, escolas e hospitais. Como referimos atrás, a transformação de uma economia de comando numa economia de mercado teve um enorme impacto na vida das pessoas comuns, que anteriormente tinham acesso a dinheiro e a serviços gratuitos de educação e saúde, além de beneficiarem de preços estáveis e de empregos «vitalícios», não obstante a recorrente escassez de alimentos. Pelo contrário, a economia de mercado trouxe consigo uma maior segurança alimentar, se bem que a preços mais elevados (daí a prática do *window-shopping*), mas também um aumento do desemprego, da inflação e da incerteza quanto aos meios de subsistência das famílias.

Além da pobreza, as taxas de desemprego também registaram uma subida em Moçambique. No passado, o emprego era um bem para toda a vida, mas a transformação radical de uma economia centralmente planeada numa economia de mercado deu azo a um aumento do número de desempregados entre os moçambicanos. Actualmente é mais comum que as pessoas se afirmem desempregadas do que empregadas. Previa-se que a paralisia das indústrias-chave de Moçambique empurrasse as taxas de desemprego para os 70% em 2004¹⁰. Indústrias como as plantações de Madal, Boror e Zambézia, o sector têxtil e as empresas mineiras, que em tempos empregavam grande número de trabalhadores, fecharam as suas portas.

As referências teóricas sustentam que o modelo do voto económico parece funcionar adequadamente em sistemas bipartidários, como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, e relativamente mal nos sistemas multipartidários (Downs, 1957). O modelo económico requer partidos políticos duráveis e sistemas partidários estáveis. Os partidos políticos devem persistir de uma eleição para a seguinte, pois, caso contrário, é difícil aos eleitores sancionarem ou recompensarem os políticos (Rose *et al.*, 2002), uma vez que são confrontados com novos partidos em cada nova eleição. Porém, não é este o caso em Moçambique, já que os dois principais partidos têm persistido desde a independência do país. Assim, devido à fusão da autoridade executiva e legislativa nas mãos do partido maioritário no parlamento, os eleitores não têm dúvidas quanto aos responsáveis pelo modo como o país é governado. Até ao momento, os partidos mais pequenos não tiveram ainda capacidade para determinarem os resultados eleitorais e não têm tido representação parlamentar independente, mas apenas enquanto parceiros de coligação da RENAMO, o principal partido da oposição.

A existência de um sistema bipartidário, o aumento do desemprego, a persistência da pobreza e a ausência de políticas para a aliviar têm agravado a insegurança das famílias. Sob estas condições, seria de esperar que os eleitores, com base em avaliações negativas das condições económicas individuais e nacionais no passado, presente e futuro, punissem o partido governante.

AS RAZÕES DA REELEIÇÃO DA FRELIMO, APESAR DO DESCONTENTAMENTO ECONÓMICO

A estar correcta a teoria do voto económico, seria de esperar que a FRELIMO e os seus presidentes saíssem derrotados das eleições de 1999 e

¹⁰ Não dispomos de valores seguros sobre a taxa de desemprego, mas as estimativas oscilam entre os 21% e os 50%.

2004. Assim, os resultados de tais eleições levantam a seguinte questão: que factores explicam o impacto relativamente fraco do voto económico em Moçambique, um país onde se verificam claramente níveis elevados de pobreza, desemprego e descontentamento?

Existem diversas explicações possíveis para a fraca influência do voto económico neste país. Entre estas contam-se factores como o tipo de transição política, o contexto local, a ausência de uma compreensão clara da diferença entre avaliações pessoais e económicas, o controlo dos recursos, as estratégias de implementação das políticas e o tipo de partido político. Todos estes factores contribuem para reduzir o impacto do voto económico no país.

Em primeiro lugar, nos países com níveis reduzidos de instrução e informação, e tendo em conta a complexidade dos termos económicos, pode revelar-se difícil para as pessoas comuns distinguirem entre as circunstâncias económicas pessoais e a economia nacional. Bratton *et al.* (2004a, p. 8) demonstram que, na maioria dos países africanos que estudaram, as populações não fazem uma distinção clara entre as circunstâncias económicas pessoais e o estado da economia nacional. As avaliações da situação económica pessoal e das condições económicas nacionais surgem entre as mais fortemente correlacionadas ($R = .555^{***}$ de Person). No caso de Moçambique, as duas avaliações económicas surgem também correlacionadas de um modo relativamente forte ($R = .491^{**}$ de Person). Os dados apresentados sugerem que os moçambicanos, à semelhança do que se verifica nos restantes países africanos, recorrem a uma lógica comum para chegarem a uma apreciação das condições prevalecentes enfrentadas quer pelas suas famílias, quer por todo o país.

Em segundo lugar, a existência de redes sociais pode atenuar, em termos pessoais, o sofrimento decorrente das dificuldades económicas. Em Moçambique, as pessoas estão directa ou indirectamente envolvidas em redes de apoio multifacetadas, sejam estas baseadas em laços de parentesco entre famílias alargadas, grupos de vizinhos de diversos tipos ou até círculos de amigos.

Em terceiro lugar, nas novas democracias que emergem após longos períodos de guerra civil e uma longa história de repressão, a principal preocupação das pessoas pode não estar necessariamente relacionada com as condições económicas pessoais, mas com a obtenção e manutenção de uma estabilidade política e a reconstrução das infra-estruturas sócio-económicas do país. Quando se perguntou numa sondagem (CEP, 1998) em que áreas o governo deveria investir os seus fundos de modo a ajudar as pessoas comuns, 34% dos inquiridos indicaram os sistemas de saúde, 27% as escolas, 11% os sistemas de distribuição de água, 9% as estradas e os transportes e apenas 7% referiram o comércio. Este resultado revela que as

pessoas estavam mais preocupadas com os bens comuns para lá da sua capacidade de acção do que com os bens familiares.

Em quarto lugar, durante o período pré-transição de 1992, que culminou na assinatura do acordo de paz e na subsequente liberalização da economia, Moçambique recebeu um forte apoio por parte de numerosos doadores internacionais. Entre 1992 e 2002, estes doadores aumentaram significativamente as suas ajudas a Moçambique. Do mesmo modo, a dívida multilateral aumentou, aproximadamente, 14 vezes. Em 1985, a dívida multilateral representava menos de 5% do *stock* da dívida total, ou seja, aproximadamente, 110 milhões de dólares. Em 1990, este valor subiu para quase 10% e no fim de 1995 Moçambique devia aos credores multilaterais mais de 1,6 mil milhões de dólares, o que representava cerca de 30% do *stock* da dívida. Entre 1984 e 1993, o país assinou quatro acordos de renegociação da dívida com o Clube de Paris e um quinto com o Clube de Londres de credores comerciais¹¹. Durante este período, o Clube de Paris perdoou mais de 800 milhões de dólares em dívida (mais de 700 milhões dos quais cancelados, conjuntamente, pela França, Itália e Alemanha). Com enormes novos recursos financeiros disponibilizados pelo crédito estrangeiro, um relativo aumento das receitas fiscais e a privatização das empresas estatais¹², Joaquim Chissano e a FRELIMO estavam em excelente posição para reconquistarem a lealdade de diferentes grupos. Chissano e a FRELIMO embarcaram num projecto para a construção de escolas, hospitais, estradas e infra-estruturas de serviços públicos em comunidades pobres de todo o país. Estes investimentos parecem tornar os camponeses mais pacientes em relação às suas condições económicas, dispondo-os a aguardarem por melhores oportunidades no futuro.

Em quinto lugar, os líderes da FRELIMO têm demonstrado pouca simpatia pela noção da separação entre o Estado e o partido. A Constituição dá ao presidente amplos poderes, incluindo o controlo directo das forças poli-

¹¹ Entre 1985 e 1990, a dívida bilateral aumentou a uma taxa anual média de 11%. Ligeiramente mais de metade da dívida bilateral é devida aos credores do Clube de Paris. A dívida à França, o principal credor, ascende a mais de 500 milhões, isto é, cerca de 10% do *stock* da dívida total. Os restantes credores incluem a Itália (cerca de 450 milhões), Portugal (cerca de 350 milhões) e a Alemanha (mais de 100 milhões). Entre os credores menos importantes do Clube de Paris contam-se a Áustria, a Bélgica, a Espanha, os Estados Unidos, a Finlândia, o Japão e a Suécia (aos quais Moçambique devia, no conjunto, menos de 200 milhões de dólares até 1994).

¹² A privatização em larga escala das corporações do governo ocorreu em Agosto de 1996, data em que o governo vendeu 30% das acções nas linhas aéreas nacionais — LAM — a investidores internacionais e outros 21% de acções a investidores nacionais. Foram igualmente vendidas partes da Companhia dos Caminhos de Ferro e dos Portos, a CFM, e da companhia petrolífera do Estado, a PETROMOC. O processo de privatização e de reestruturação das grandes empresas ficou concluído em 1998 e o das pequenas e médias empresas em 1999. A privatização das empresas públicas constituiu uma enorme injeção de curto prazo de recursos fiscais nos cofres do Estado (v. Harrison, 1999).

ciais, judiciárias e de segurança. Este poder tem sido utilizado para proteger os apoiantes e simpatizantes da FRELIMO, impedindo o desenvolvimento de funções estatais independentes, como corpos de supervisão eficazes, excepto quando absolutamente exigidos pelos doadores (Vaux *et al.*, 2005).

A ideologia socialista da FRELIMO foi desde há muito substituída pelo pragmatismo, abrindo caminho a decisões e políticas baseadas no clientelismo. As relações com base em famílias alargadas (e, em alguns casos, em filiações étnicas) determinam o acesso aos recursos do Estado e ao poder político. A FRELIMO opera como um Estado dentro do Estado. Na prática, as relações oficiais formais podem não ser tão importantes no processo de tomada de decisões quanto as relações entre os membros do partido. Isto resulta na exclusão de todos aqueles que não pertencem ao partido e à sua clique. Em semelhante sistema, a lealdade tem de ser constantemente alimentada com recompensas e o poder só pode ser exercido por aqueles que têm recursos a controlar. Assim, os processos financeiros formais são ensombrados por processos financeiros informais que reflectem relações de clientelismo. A própria oposição política acaba por se tornar parte do mesmo sistema — se bem que, para a oposição, as recompensas do clientelismo não se comparem às recompensas obtidas pelo partido no poder.

O modo de funcionamento clientelista da FRELIMO faz parte do modelo operativo dos sistemas políticos africanos. Por exemplo, o presidente Rawlings, do Gana, e o seu partido (o Congresso Democrático Nacional — NDC) construíram também redes clientelares que se estendiam até às bases da sociedade. Três organizações com uma forte ligação ao partido desempenharam um papel-chave na construção destas redes: a antiga hierarquia do CDR, o Movimento de Mulheres 31 de Dezembro (31DWM) e o Conselho de Associações Comerciais Independentes (CIBA). Uma multidão de organizações mais pequenas desempenhou também o seu papel: os Trabalhadores dos Transportes Viários Privados do Gana (GPRTU), associações comerciais de mulheres e as muitas associações ligadas ao 31DWM e ao CIBA. Em troca do seu apoio ao partido, estas associações são recompensadas pelo governo, normalmente sob a forma da concessão de direitos de cobrança de taxas e impostos aos seus membros e a outros ou de licenças de estabelecimento de negócios, como postos de venda nos mercados (Sandbrook *et al.*, 1999; sobre a questão do clientelismo em diversos países de África, v. também Bratton *et al.*, 2004a, Van de Walle, 1994, e Wantchekon, 2003).

Em sexto lugar, o governo em funções atribui os problemas económicos pessoais não ao seu mau desempenho ou à ausência de uma política económica, mas sim à guerra e aos doadores internacionais (o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional)¹³. Durante as suas visitas às comunidades,

434 ¹³ Em Moçambique é comum que os líderes religiosos, os líderes de organizações cívicas e os académicos acusem o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional dos problemas

os líderes do governo falam constantemente das infra-estruturas sócio-económicas que foram destruídas pela guerra e dos esforços incansáveis do governo para encontrar investidores que financiem a reconstrução das mesmas. No que respeita ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, é igualmente comum ver alguns representantes do governo ou alguns membros da sociedade civil «próximos» do poder acusarem essas duas instituições de não ajudarem o governo a adoptar políticas mais favoráveis à erradicação da pobreza e à intervenção pró-Estado¹⁴. Este tipo de discurso leva a população a acreditar que a causa das suas condições económicas pessoais reside em factores alheios ao governo. Durante as campanhas eleitorais de 1994 e 1999, os líderes da FRELIMO afirmaram perante os eleitores que os principais objectivos do partido eram a reconstrução de todas as infra-estruturas que tinham sido destruídas durante a guerra e a negociação com o Banco Mundial e os doadores internacionais de uma nova política que ajudasse a reduzir a pobreza e criasse novas oportunidades de emprego.

Em sétimo lugar, todos os partidos fazem uso do mesmo discurso de desenvolvimento. Entre as questões nacionais que faziam parte dos seus programas, a mais importante era a necessidade de desenvolver a economia, erradicar a pobreza, criar emprego e combater a criminalidade e a corrupção. Era-lhes claramente difícil apresentarem com mais profundidade a sua visão política geral ou abordagens mais práticas que pudessem explicar aos eleitores de que modo as suas condições económicas pessoais mudariam se o partido chegasse ao poder.

Oitavo ponto e talvez o mais importante: para que os partidos da oposição pudessem ser recompensados nas eleições pelo mau desempenho económico do governo, um dos pré-requisitos seria a existência de um partido de oposição que constituísse uma alternativa credível ao governo. Ora, até finais da década de 90, tal alternativa não era evidente. A ausência de alternativas credíveis ao partido governante entre 1994 e finais de 2004 constituiu uma das principais razões subjacentes ao sucesso eleitoral da FRELIMO. Este partido possui numerosos quadros habilitados que adquiriram capacidades de governação, que nenhum outro partido teve ainda oportunidade de acumular. Assim, a sua presença no poder e o seu tipo de gestão patrimonial do Estado

económicos do país. Por exemplo, a revista da Igreja Católica fez a seguinte declaração relativamente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional: «Ao contrário do que gostaríamos de pensar, os senhores de África não são os diversos Estados africanos [...] Os padrões de África e de Moçambique são o Banco Mundial e FMI» (Hanlon, 1984).

¹⁴ Desde que Moçambique aderiu ao programa de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o governo tem estado sob enormes pressões. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional forçaram o governo a acelerar o processo de privatização, a reduzir a dimensão do Estado e a cortar drasticamente nas despesas do governo.

permitiram-lhe manter uma maior influência sobre a sociedade do que os partidos da oposição.

A RENAMO, o principal partido da oposição, logrou realizar uma transição bem sucedida de movimento militar para organização política, revelando-se uma formidável força eleitoral; porém, tem falta de quadros, escassa capacidade de organização e de evolução interna, bem como uma fraca implementação nas zonas urbanas e uma incapacidade de mobilizar e atrair os intelectuais às suas fileiras. Estes factores têm contribuído para o seu fraco poder de análise política e para uma imagem bastante desfavorável nas zonas urbanas (inclusive entre a classe diplomática), onde a RENAMO é vista como uma força altamente imprevisível e de escassa competência¹⁵. Há que notar que a RENAMO é dominada por uma única figura carismática, Dhlakama, cujo estilo inconstante tem inibido a emergência de uma liderança de bases mais alargadas ou de um programa político coerente. Nestas circunstâncias, os eleitores moçambicanos preferem talvez votar num «diabo conhecido» do que num «anjo desconhecido». Esta perspectiva é relativamente similar à tese de Magolani (1997) sobre o comportamento eleitoral no México e à análise de Hamann (2000) acerca do eleitorado espanhol. Por exemplo, Magolani (1997, p. 126) sugere que a falta de confiança dos eleitores relativamente aos partidos da oposição pode conduzir muitos deles a votarem no «diabo conhecido». Assim, os eleitores tenderão a mostrar-se mais tolerantes com o mau desempenho económico do governo, já que se mostram contrários a entregar o poder a uma alternativa política incerta. Por outras palavras, os eleitores que receiam consequências políticas, sociais e económicas da vitória de um partido da oposição tendem a apoiar o *status quo* (v. também Domingues *et al.*, 1996), ou então a tornar-se independentes, ou simplesmente a não exercer o seu direito de voto durante as eleições.

Nono ponto: em 2004, a FRELIMO e Armando Guebuza estavam envolvidos numa série de reformas internas do partido. Ao contrário de Chissano, Guebuza deu maior ênfase aos cidadãos comuns e às questões locais e apresentou simultaneamente um novo tipo de discurso e um novo estilo de governação. Guebuza e a FRELIMO alteraram o *slogan* de campanha das eleições de 1994 e 1999, «Um futuro melhor», para «Poder de mudança».

Em décimo lugar, o modelo de recompensa e sanção requer que os cidadãos tenham um alto nível de confiança nos actores políticos. Hetherington (1998 e 1999) demonstra que a confiança, ou a falta dela, dá forma às atitudes dos eleitores para com os governos e as instituições democráticas

¹⁵ Esta imagem negativa é reforçada pelo tratamento que a RENAMO tem recebido na maioria dos meios de comunicação do país.

fundamentais. Os eleitores com um nível relativamente elevado de confiança tendem a acreditar que a procura de ganhos pessoais dos políticos pode ser controlada através da ameaça de uma derrota eleitoral (Ferejohn, 1986). Tais eleitores esperam que a substituição de um governo que teve um mau desempenho possa conduzir à implementação de melhores políticas económicas. Nos regimes democráticos nascentes, um baixo nível de confiança política pode inibir os eleitores de aplicarem estratégias punitivas que são essenciais ao modelo do voto económico. Se a confiança é reduzida, os eleitores que apoiaram o partido governante nas eleições anteriores podem não estar dispostos a eleger a oposição, mesmo perante os maus resultados económicos do governo (Duch, 2001). Estamos convictos de que estas considerações teóricas podem ser úteis para explicar o fracasso do voto económico em Moçambique. Os moçambicanos evidenciam um baixo nível de confiança nos partidos da oposição e um nível relativamente elevado de confiança no presidente e no partido governante. Os níveis de confiança nas instituições políticas oscilam entre uns elevados 75,0% relativamente ao presidente e ao seu gabinete e uns reduzidos 24,0% relativos aos partidos da oposição.

Finalmente, os partidos políticos de Moçambique não defendiam políticas económicas diferentes, pelo que o debate no país não se centrou em questões ideológicas nem pôs em confronto aqueles que defendem a economia de mercado e os que são favoráveis a uma economia centralmente planeada ou a uma forte intervenção do Estado na vida pública. Em 1994, 1999 e 2004, as campanhas eleitorais centraram-se nas personalidades dos candidatos¹⁶, nos processos de reconstrução do país, nas questões étnicas, nas assimetrias regionais e na guerra, e não na apresentação de uma política económica alternativa. A campanha da FRELIMO centrou-se nos tópicos do passado da RENAMO e da destruição da maioria das infra-estruturas sócio-económicas pela guerra. Armando Guebuza e o seu partido escolheram uma abordagem de campanha baseada em promessas de concessão de bens comunitários, particularmente sob a forma de serviços sociais. Esta é talvez a promessa mais comum dos políticos africanos durante as campanhas eleitorais, sobretudo quando se aventuram a abandonar a capital, isto é, a construção de melhores estradas e de serviços sociais para a população que neles vota. Por exemplo, na Zâmbia, nos Camarões e no Uganda, os cida-

¹⁶ De acordo com Van de Walle, a política em África sofre uma «obsessão com os líderes». Neste caso, os partidos que se baseiam em personalidades, como a maioria daqueles que emergiram em Moçambique, bem como em muitos outros países africanos, não se preocupam muito em apresentar programas políticos claramente distinguíveis, mas antes em enfatizar a capacidade governativa dos seus líderes. No que respeita a esta questão, v. Van de Walle (1994 e 2003) e Chabal *et al.* (1999).

dãos receiam vir a ser privados de tais serviços caso não votem no candidato vencedor (Van de Walle, 2002, p. 12).

Ao contrário da FRELIMO, Afonso Dhlakama e a RENAMO procuraram usar agressivamente o factor étnico, as assimetrias regionais e a liberdade política em seu benefício. Durante a campanha, a retórica de Dhlakama era bastante mais simples: raramente falava de «moçambicanos», mas antes de «macua» ou «muanes», particularmente no Centro e Norte do país. Por outras palavras, Dhlakama apelava à identidade étnica dos cidadãos, algo que durante anos tinha sido erradicado do discurso nacionalista (Cahen, 1998 2002). A abordagem de campanha escolhida pela RENAMO e pelo seu líder, Afonso Dhlakama, foi similar àquelas utilizadas por outros partidos políticos da oposição noutros países africanos. De facto, em muitos países do continente africano, as campanhas eleitorais têm sido quase inteiramente baseadas em apelos de apoio de cariz pessoal e etno-regional. Ottaway defendeu que a transformação política que ocorreu após o fim da guerra fria, caracterizada por um vazio ideológico, converteu a etnicidade no principal factor para a mobilização de apoio partidário. A ausência de diferenças ideológicas ou programáticas fez com que a etnicidade se transformasse na principal característica pela qual os diversos partidos se autodiferenciam (Ottaway, 1998, p. 311).

Além do seu discurso étnico, Afonso Dhlakama lembrou também aos eleitores os programas das aldeias comunais, os campos de reeducação, a marginalização dos líderes tradicionais e a ausência de liberdade política durante o sistema de partido único (Pereira, 1997 e 2006; Harrison, 1996; Vines, 1991 e 1996). Em termos gerais, Dhlakama adoptou um certo populismo durante as eleições e a sua campanha caracterizou-se por vagas promessas de um futuro melhor, uma abordagem semelhante à utilizada por muitos dos partidos da oposição em África.

As diferenças ideológicas de partido para partido têm sido de importância menor e os debates sobre questões políticas específicas têm sido virtualmente inexistentes. Embora os partidos da oposição possam criticar a acção do governo no que respeita à gestão económica ou à implementação de programas de ajustamento estrutural, os programas partidários divergem pouco entre si e os discursos de campanha raramente abordam questões políticas específicas.

CONCLUSÃO

No presente artigo explorámos os diferentes factores que podem ajudar a explicar as razões pelas quais o partido da FRELIMO e os seus candidatos à presidência têm sido consecutivamente reeleitos. As razões aqui identificadas podem ser resumidas num conjunto de tópicos.

Primeiramente, os eleitores moçambicanos não são capazes de fazer uma distinção clara entre uma avaliação económica pessoal e colectiva.

Em segundo lugar, em Moçambique, as pessoas pertencem directa ou indirectamente a redes de apoio multifacetadas que podem ajudar a aliviar, ao nível pessoal, o sofrimento causado pelas dificuldades económicas.

Terceiro ponto: nas novas democracias que emergem de um longo período de guerra civil e que têm uma longa história de repressão, as principais preocupações podem não estar relacionadas com as condições económicas pessoais, mas com a estabilidade política e a reconstrução das infra-estruturas sócio-económicas do país.

Em quarto lugar, o governo da FRELIMO responsabiliza factores externos (como a guerra e os doadores internacionais — o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) pelo mau desempenho do governo no que diz respeito à melhoria das condições económicas.

Em quinto lugar, todos os partidos tinham o mesmo discurso de desenvolvimento e não se mostraram capazes de apresentar uma visão geral coerente e abordagens mais práticas que pudessem mostrar aos eleitores de que modo as suas condições económicas pessoais mudariam assim que chegassem ao poder.

Sexto ponto: em 2004, a FRELIMO e Armando Guebuza estavam envolvidos numa série de reformas internas do partido, introduzindo um novo tipo de discurso e um novo estilo de liderança que dava maior ênfase aos cidadãos comuns e às questões locais.

Em sétimo lugar, os líderes da FRELIMO têm utilizado o seu poder político para protegerem os apoiantes e simpatizantes do partido.

Oitavo ponto: os eleitores não se mostram fortemente descontentes com o desempenho económico do governo.

Em nono lugar, o governo da FRELIMO recorre ao clientelismo enquanto modelo operativo do sistema político. Em troca do seu apoio ao partido, diversas associações são recompensadas pelo governo, normalmente sob a forma de promoções políticas e de benefícios fiscais e económicos.

Em décimo lugar, os partidos da oposição em Moçambique são fracos e incapazes de se apresentarem como uma força política alternativa.

Os eleitores moçambicanos apresentam, sobretudo, um reduzido nível de confiança na oposição. Os baixos níveis de confiança política inibem os eleitores de aplicarem estratégias punitivas.

A conjugação destes factores no contexto moçambicano refuta claramente o modelo do voto económico, já que este não consegue fornecer uma explicação satisfatória para a repetida reeleição da FRELIMO e dos seus presidentes. Em certos casos, as abordagens do voto económico revelam-se incapazes de explicar adequadamente os resultados eleitorais, pois limitam a influência dos factores mencionados, que medeiam entre as políticas económicas e as escolhas partidárias dos eleitores.

No entanto, este artigo não pretende apresentar uma explicação exaustiva para as escolhas eleitorais, mas equacionar hipóteses que, partindo embora de dados recolhidos em investigações generalistas anteriores, necessitam de ser testadas com maior profundidade através de pesquisas empíricas específicas.

BIBLIOGRAFIA

- ACHEN, C. (1992), «Social psychology, demographic variables and the linear regression: breaking the iron triangle in voter research», in *Political Behavior*, 14 (3), pp. 195-211.
- ALT, J., et al. (2000), «A dynamic model of state budget outcomes under divided partisan government», in *Journal of Politics*, 62, pp. 1035-1069.
- BRATTON, M., et al. (2004a), *Public Opinion, Democracy, and Market Reform in Africa*, Cambridge, RU, Cambridge University Press.
- BRITO, L. DE (1996), «Voting behavior in Mozambique's first multiparty elections», in *Mozambique: Elections, Democracy and Development*, Maputo, Elo Gráfico, pp. 455-477.
- CAHEN, M. (1998), «Dhlakama e maningue nice: an atypical former guerrilla in Mozambique electoral campaign», in *Transformation*, 35, pp. 1-48.
- CAHEN, M. (2002), *Les bandits: un historien au Mozambique, 1994*, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARBONE, G. (2003a), «Developing multi-party politics: stability and change in Ghana and Mozambique», documento de trabalho n.º 36, Crise States Programme, London of Economic School/Development Research Centre.
- CARBONE, G. (2003b), «Emerging pluralist politics in Mozambique: the FRELIMO-RENAMO party system», documento de trabalho n.º 23, Crise States Programme, London of Economic School/Development Research Centre.
- CEP — CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO (1998), *Inquérito Nacional de Opinião Pública — 1997*, Maputo, CEP-UEM.
- CEP — CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO (2002), *Inquérito Nacional de Opinião Pública — 2001*, Maputo, CEP-UEM.
- CHABAL, P., et al. (1999), *African Works: Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- CLARKE, D., et al. (1990), «Perceptions of macroeconomic performance, government support and Conservative Party strategy in Britain, 1983-1987», in *European Journal of Political Research*, 18, pp. 97-120.
- CLARKE, D., et al. (1994), «Prospective, retrospective and rationality: the 'bankers' model of presidential approval reconsidered», in *American Journal of Political Science*, 38, pp. 1104-1123.
- DOMINGUES, J., et al. (1996), *Democratization Mexico: Public Opinion and Electoral Choice*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- DOWNES, A. (1957), *An Economic Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper and Row.
- DUCH, R. (2001), «A developmental model of heterogeneous economic voting in new democracies», in *American Political Science Review*, 95, pp. 895-910.
- ERIKSON, S. (1989), «Economic conditions and presidential vote», in *American Political Science Review*, 83, pp. 567-573.
- FEREJOHN, J. (1986), «Incumbent performance and electoral control», in *Public Choice*, 50, pp. 5-25.
- FIORINA, M. (1981), *Retrospective Voting in America National Elections*, New Haven, Yale University.

- FIORINA, P. (1978), «Economic retrospective voting in America national elections: a micro analysis», in *American Journal of Political Science*, 22 (2), pp. 426-443.
- FOX, L., *et al.* (2005), «Poverty in Mozambique. Unraveling changes and determinants», Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum, Washington, D. C., World Bank.
- HAMANN, K. (2000), «Linking policies and economic voting: explaining reelection in the case of the Spanish Socialist Party», in *Comparative Political Studies*, 33, pp. 1018-1048.
- HANLON, J. (1984), *Mozambique: the Revolution under Fire*, Londres, Zed Books.
- HARRISON, G. (1996), «Democracy in Mozambique: the significance of multi-party elections», in *Review of African Political Economy*, 67, pp. 19-34.
- HARRISON, G. (1999), «Mozambique between two elections: a political economic of transition», in *Democratization*, 6, Londres, Frank Cass.
- HETHERINGTON, J. (1998), «The political relevance of political trust», in *American Political Science Reviews*, 92, pp. 791-808.
- HETHERINGTON, J. (1999), «The effects of political trust on the presidential vote, 1968-1996», in *American Political Science Reviews*, 93, pp. 311-326.
- HIBBS, A. (1982), «On the demand for economic outcomes: macroeconomic performance and mass political support in the United States, Great Britain, and Germany», in *Journal of Politics*, 44, pp. 426-462.
- INE (1998), *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida 1996/97. Relatório Final*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1999), *The Population and Housing Census 1996/97*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2000), *Situação Linguística de Moçambique. Dados do II Recenseamento Geral da População e Habitação de 1997*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2001), *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) — Quadros Definitivos I*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2002), *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2001/2002*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2003), *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/2003*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004a), *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/2003, Relatório Final*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004b), *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/2003. Quadros Definitivos*, Maputo, Instituto Nacional de Estatística.
- KEY, V. O. (1967), *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting*, Cambridge, Harvard University Press.
- KINDER, R., *et al.* (1979), «The economic discontent and political behavior: the role of personal grievances and collective economic judgments in congressional voting», in *American Journal of Political Science*, 23, pp. 495-527.
- KINDER, R., *et al.* (1981), «Sociotropic politics», in *British Journal of Political Science*, 11, pp. 129-161.
- LEWIS-BECK, M., *et al.* (2000), «Economic determinants of electoral outcomes», in *Annual Review of Political Science*, 3, pp. 183-219.
- LEWIS-BECK, S. (1988), *Economics and Elections*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- MACKUEN, M., *et al.* (1992), «Peasants or bankers? The American electorate and the U. S. economy», in *American Political Science Review*, 86, pp. 597-611.
- MACKUEN, M., *et al.* (1996), «Comments on presidents and prospective voter», in *Journal of Politics*, 58, pp. 793-801.
- MAGALONI, B. (1997), *The Dynamics of Ruling Party Decline: the Mexico Transition to Multipartyism*, tese de doutoramento, Duke University.
- MCALLISTER, I. (1999), «The economic performance of government», in *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*, Londres, Oxford University Press.

- NADEAU, R., *et al.* (2001), «National economic voting in US presidential elections», in *The Journal of Politics*, 63, pp. 159-181.
- NORPOTH, H. (1996a), «The economy», in *Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, Londres, Sage Publication.
- NORPOTH, H. (1996b), «Presidents and the prospective voter», in *Journal of Politics*, 58, pp. 776-792.
- NORPOTH, H. (2002), «Divided government and economic voting», in *The Journal of Politics*, 63, pp. 414-435.
- OTTAWAY, M. (1998), «Ethnic politics in Africa», in *State, Conflict and Democracy in Africa*, Boulder, Co., Lynne Rienner.
- PEREIRA, J. (1997), «As primeira eleições multipartidárias e o comportamento eleitoral no distrito de Marrómeu», in *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 21, Maputo, AHM.
- PEREIRA, J. (2006), *A Política de Sobrevivência: Camponeses, Chefes Tradicionais e RENAMO no Distrito de Marigue, 1982-1992*, Maputo, Promedia.
- ROSE, R., *et al.* (2002), *Elections without Order: Russia's Challenge to Vladimir Putin*, Reino Unido, Cambridge University Press.
- SANDBROOK, R., *et al.* (1999), *Reforming the Political Kingdom: Governance and Development in Ghana's Fourth Republic*, Acra, CDD.
- SANDERS, D. (1993), «The electoral impact of press coverage of the British economy, 1979-87», in *British Journal of Political Science*, 23, pp. 175-210.
- SANDERS, D. (2001), «The economy and voting», in *Britain Votes 2001*, Oxford, Oxford University Press.
- TVEDTEN, I., *et al.* (2006), «Opitanha», in *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*, Noruega, CMI Reports.
- TYLER, R. (1982), «Personalization in attributing responsibility for national problem to the president», in *Political Behavior*, 4, pp. 379-99.
- UNCTAD — UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (2002), *The Last Developed Countries Report 2002: Escaping the Poverty Trap*, Genebra, ONU.
- UNDP (2005), *Human Development Report 2005: Reaching for the Millennium Development Goals*, Maputo, UNDP.
- VAN DE WALLE, N. (1994), «Neopatrimonialism and democracy in Africa, with an illustration from Cameroon», in *Economic Change and Political Liberation in Sub-Saharan Africa*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- VAN DE WALLE, N. (2002), «Africa's range of regimes», in *Journal of Democracy*, 13 (2), pp. 66-80.
- VAN DE WALLE, N. (2003), «Presidentialism and clientelism in Africa's emerging party systems», in *The Journal of Modern African Studies*, 41, pp. 297-318.
- VAUX, T., *et al.* (2005), *Strategic Conflict Assessment: Mozambique*, Maputo, DFID.
- VINES, A. (1991), *RENAMO: Terrorism in Mozambique*, York, Centre for African Studies, University of York.
- VINES, A. (1996), *RENAMO: From Terrorism to Democracy in Mozambique*, York, Centre for African Studies, University of York.
- WANTCHEKON, L. (2003), «Clientelism and voting behavior: evidence from a field experiment in Benin», in *Worlds Politics*, 55, pp. 399-422.
- WHITE *et al.* (1997), *How Russia Votes*, Nova Jérsea, Chatham House Publishers.